



Alguns riscos do Estatuto da Segurança Privada aos vigilantes

Estatuto traz avanços, mas ameaça ao direito de greve deixa vigilantes em alerta

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participou, dia 13 de setembro, representada pelo presidente, José Boaventura, da Audiência Pública no Senado Federal para tratar sobre a criação do Estatuto da Segurança Privada. Prevista em substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 6/2016) a projeto de lei do Senado (PLS 135/2010), a criação do Estatuto traz alguns avanços para a categoria, mas também preocupa.

O projeto inicial, com apenas dois artigos e que



O presidente da CNTV durante audiência no Senado

tratava sobre piso nacional, é de autoria do ex-senador Marcelo Crivella. O texto recebeu 117 sugestões de emendas na Câmara, o que ampliou

sua abrangência e o tornou, na prática, um estatuto com aproximadamente 70 artigos. Foram inseridos itens como a segurança privada classi-

ficada como interesse nacional, atividades de segurança e bancária como essencial e restrição de alguns direitos, como intrajornada, almoço e descanso.

Um dos principais problemas do Estatuto em debate é a definição de atividades bancárias e de segurança como essenciais. “Na prática, isso significa acabar com o direito de greve previsto na Constituição Federal, um absurdo inserido no Estatuto”, afirmou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Opinião:

Direito de greve é fundamental para os trabalhadores

O Estatuto tem pontos positivos, em geral é um avanço para a segurança privada. Agora, não podemos ser ingênuos. Esse Estatuto foi feito com muitos interesses empresariais. A CNTV sempre atuou em defesa dos trabalhadores no Estatuto da Segurança, inicialmente defendendo o piso nacional de R\$ 3 mil, e agora no combate a esta questão de o Estatuto querer proibir o direito de greve. O direito de greve é fundamental para os trabalhadores.

Com referência à jornada 12x36, as convenções coletivas e legislação trabalhista já tratam disso, não há a necessidade de constar em uma lei que não trata de legislação trabalhista.

Lembrando que nos debates sobre o Estatuto, os empresários defenderam que o piso nacional não poderia ser discutido no Estatuto por se tratar de legislação trabalhista... e agora eles mesmos querem tratar de jornada de



Amaro Pereira
Presidente do Sindicato dos
Vigilantes de Barueri

trabalho, que também é questão trabalhista.

Fazendo as devidas correções, o Estatuto passa a ser aceitável, por normatizar, trazer uma modernização, para o setor. No entanto, ele deveria trazer mais mecanismos de proteção ao trabalhador.

Avanços na segurança bancária precisam ser mantidos e ampliados!

Além da ameaça ao direito de greve dos trabalhadores, com a definição da segurança privada como de interesse nacional, avanços como as divisórias nas baterias de caixas, que impedem que as pessoas da fila vejam quanto está sendo sacado ficam ameaçados. Isso porque estes equipamentos muitas vezes já são realidade graças a leis municipais e estaduais e, com a segurança privada definida como questão de interesse nacional, a obrigatoriedade destes equipamentos poderia cair.

A CNTV, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), vem lutando para que alguns itens inseridos no texto sejam retirados. Os pontos em questão representam grande retrocesso para as duas categorias, colocam trabalhadores e usuários dos bancos em risco e representam uma afronta aos direitos já conquistados pelos trabalhadores.

O presidente da CNTV também cobrou na audiência o combate aos clandestinos na segurança privada. “Para



Estatuto não pode permitir retrocesso na ampliação de itens de segurança, como divisórias para aumentar a privacidade e proteção de clientes, vigilantes e bancários

cada vigilante que atua na legalidade, encontramos três ou até quatro na ilegalidade, ou seja, mais de 2 milhões de pessoas atuam na ilegalidade”, afirmou.

José Boaventura rei-

vindicou ainda mais empenho das empresas na qualificação dos profissionais. “O setor muitas vezes continua vendendo gente, mão de obra, não vende segurança. E o resultado

disso tem sido a perda de vidas de vigilantes”.

Também foi abordada a necessidade de delimitação clara de funções de vigilante e porteiro, entre outros pontos.

 QTC: CONVITE

VIGILANTES DE BARUERI CONVIDAM PARA REUNIÃO SOBRE ASSUNTOS IMPORTANTES DA CATEGORIA

TEMAS:

- O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NA SEGURANÇA PRIVADA
- ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Presenças do presidente da CNTV, José Boaventura, e representante do Dieese



DIEESE



DATA: 30 DE SETEMBRO, SÁBADO, A PARTIR DAS 8H

LOCAL: SEDE DO SINDICATO - RUA CLARO DE CAMARGO SOBRINHO, 358, VILA POUSO ALEGRE, BARUERI